



ÉTICA NA POLÍTICA OU ÉTICA DO POLÍTICO?

Roberto Patrus Mundim Pena

São muitos os escândalos envolvendo corrupção na política brasileira. Não bastassem a crise provocada pelo desvio de verbas do orçamento e o impeachment de um presidente da República, os escândalos se sucedem: Sudam, Sudene, Banco Marka, compra de votos para reeleição, Lalau, violação do painel eletrônico do Senado... O fato é que o assunto ética na política está na pauta do dia. Mas é preciso esclarecer em que termos se tem reivindicado o uso da ética no exercício do poder. É esse o objetivo deste ensaio.

Segundo a concepção do filósofo grego Platão, a ação política deve ser julgada de acordo com a observância aos princípios éticos,

contemplados pelo rei-filósofo no Mundo das Idéias. Para Aristóteles, a vida política está associada à vida moral, na medida em que a pólis é compreendida como o melhor lugar para a atualização das potencialidades humanas. Enfim, a política, para os gregos, está associada à ética. Os princípios éticos são norteadores da ação política e a ela se impõem como imperativos.

A partir de Maquiavel, o poder é compreendido como um jogo em que estratégias, táticas, coalizões e barganhas se multiplicam na tentativa de administrar o campo da política

A modernidade operou uma ruptura com esse modelo. Para Maquiavel, considerado pai da moderna ciência política, a questão do bom governo ou do governo justo não é objeto de sua reflexão, mas a problemática utilitária de como conquistar e manter o poder. A partir de Maquiavel, o poder é compreendido como um jogo em que estratégias, táticas, coalizões e barganhas se multiplicam na tentativa de administrar o campo da política, entendida como uma arena de lutas de grupos e indivíduos que buscam a realização de seus interesses. Nesse contexto, a ética se vê separada da política. Um príncipe que quisesse se manter no poder deveria aprender a não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade. Os ideais de bem ou de felicidade propostos pelos gregos não passam de idealismo para Maquiavel. Para ele, há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver que aquele que abandone o que faz pelo que deveria fazer aprenderá antes o caminho da ruína do que o de sua preservação.

A concepção de Maquiavel não pode ser considerada amoral. Ela contraria a moral greco-cristã, para a qual seria imoral. A preocupação de Maquiavel é com a fundação de um Estado, condição necessária para disciplinar e limitar as ações dos homens. Maquiavel jamais

aprovou o uso do poder público para fins pessoais. A corrupção, a liberalidade no trato das finanças públicas e a utilização do poder para auferir vantagens e benefícios privados são duramente criticados por Maquiavel em suas obras políticas. O valor, na ética maquiaveliana, é deslocado dos princípios para os resultados. As ações políticas devem ser julgadas pelo critério do seu resultado, mesmo que, eventualmente, violem alguns princípios éticos. Os resultados devem favorecer a coletividade e essa máxima só se justifica em uma situação de crise, como a que a Itália vivia no tempo de Maquiavel.

Ao exigir ética na política, o que estamos reivindicando? Queremos o retorno à concepção grega, segundo a qual a justiça e o bem é que devem nortear as ações políticas, independentemente dos resultados? Ao pedir ética na política, estaríamos a condenar a ruptura entre ética e política promovida pela modernidade que Maquiavel inaugura?

Condenam-se os políticos corruptos porque roubam dinheiro público, que é de todos, "é o meu, o seu, o nosso

Em minha opinião, não estamos pedindo (ainda!) que a política seja

regida pela ética normativa grega. Sabemos que a política é a administração de interesses em conflito, cujos agentes se organizam para exercer influência em prol de uma decisão que lhes seja favorável. Em uma situação de crise, não é raro que uma decisão política não seja a mais justa, mas a menos injusta. Sabemos também que os grupos mais organizados exercem mais poder sobre os tomadores de decisão. E sabemos que a sociedade civil precisa se organizar justamente para exercer essa influência, que chamamos de cidadania. Como sugere Maquiavel, na esfera da política é difícil que as decisões sejam tomadas a partir de um imperativo ético a priori, principalmente porque as decisões políticas são o resultado do confronto de forças políticas em conflito e produzem conseqüências que precisam ser administradas. Parece-me que, ao reclamar a ética na política, reivindica-se, ao menos por enquanto, não a política do governo justo (normativo), mas a retidão moral do homem público, isto é, do sujeito particular. Condenam-se os políticos corruptos porque roubam dinheiro público, que é de todos, "é o meu, o seu, o nosso". Do mesmo modo, condenamos o assaltante que rouba um indivíduo. A ação é a mesma. O que muda é o objeto do roubo (dinheiro público ou dinheiro da vítima). Reivindicamos – e não é

pouco – a ética do político, não a ética na política.

Questiona-se a falta de moralidade dos políticos como indivíduos, mas não creio que estamos questionando a moralidade de políticas, como a política monetária do governo, que controla a taxa de juros no país. O aumento dos juros é analisado em função do seu resultado na economia, não em função de um princípio absoluto como a justiça. O plano de racionamento de energia é outro exemplo. Ele será julgado em função dos resultados que produzir – como na lógica de Maquiavel – ou em função de sua conformidade com o princípio universal de justiça? Creio que a crise energética é tão grave que o critério que rege o plano é o resultado, isto é, evitar, de todas as maneiras, um colapso do fornecimento de energia, o temido apagão. Prevalece, assim, a lógica de Maquiavel, para quem nunca se procura fugir a um inconveniente sem incorrer em outro e para quem a prudência consiste em conhecer a natureza desses inconvenientes e tomar como bom o menos prejudicial.

Parece, pois, que ainda não se está pedindo ética na política, mas apenas ética do político.

Ao exigir dos políticos retidão no

trato da coisa pública, não há ruptura com o paradigma político da modernidade. O resultado ainda parece constituir o critério mais importante para o julgamento de uma ação política. A questão ética que se impõe é: como estabelecer limites para que os resultados esperados de uma determinada política não violem princípios fundamentais? Ou ainda: qual o limite da violação dos direitos individuais para a garantia de resultados que favoreçam a coletividade? Não é essa a pergunta a respeito do racionamento de energia?

Parece, pois, que ainda não se está pedindo ética na política, mas apenas ética do político. Deseja-se que ele seja íntegro, honesto e que não lese o patrimônio público. A ação política, no entanto, parece pautar-se pelo critério da eficiência e da utilidade. Não se ousou ainda reivindicar que a idéia de bem se imponha como imperativo norteador para o estabelecimento de ações, estratégias, coalizões ou táticas políticas. Tal exigência pareceria idealista e utópica, pois, no caso de sua implementação, os resultados poderiam ser comprometidos, levando inclusive ao contrário do ideal que norteou a ação. Todos gostaríamos que a política fosse regida pelos critérios éticos de justiça e de bem. Mas o que reclamamos, por enquanto, é muito

menos: queremos que o homem público não roube o dinheiro dos nossos impostos. Queremos a ética do político. A ética na política é outra coisa.

Rôberto Patrus Mundim Pena é professor da FACE-FUMEC, psicólogo, filósofo, especialista em Filosofia da Religião, mestre em Administração e doutorando em Filosofia.
E-mail: robertop@gold.com.br
